



# **Política de Gestão de Riscos**

Versão 1.2 – maio de 2025

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

## ÍNDICE

<b>1. Propósito e Abrangência .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Base Legal.....</b>	<b>3</b>
<b>3. Responsabilidade .....</b>	<b>5</b>
<b>4. Estrutura Organizacional.....</b>	<b>5</b>
<b>5. Comunicação a CVM e ao Administrador Fiduciário .....</b>	<b>7</b>
<b>6. Sistemas, Controles e Monitoração de Riscos.....</b>	<b>8</b>
<b>7. Fatores de Risco .....</b>	<b>9</b>
<b>8. Metodologia para Escala de Risco .....</b>	<b>14</b>
<b>9. Investimento no exterior .....</b>	<b>14</b>
<b>10. Métricas para Gerenciamento dos Riscos.....</b>	<b>16</b>
<b>11. Gerenciamento dos Riscos de Liquidez .....</b>	<b>18</b>
<b>12. Ferramentas da Gestão de Liquidez .....</b>	<b>21</b>
<b>13. Documentação e Armazenamento .....</b>	<b>24</b>
<b>14. Revisão e Programa de Compliance .....</b>	<b>25</b>
<b>15. Controle de Versões .....</b>	<b>25</b>

## 1. Propósito e Abrangência

---

Esta Política de Gestão de Riscos (“Política” ou “Política de Riscos”) tem como objetivo consolidar todos os critérios, metodologias, padrões técnicos e controles a serem utilizados pelas respectivas gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (conjuntamente, “Parcitas”), na Gestão de Riscos associados às suas atividades de Gestão de Recursos de Terceiros por meio de Fundos de Investimentos (“Fundos” ou “Classes”).

A abrangência desta política é destinada aos colaboradores das áreas de Gestão de Riscos e Compliance e a todos que atuam diretamente na área de Gestão de Investimentos, os quais são pessoalmente responsáveis por ler, compreender, assinar o Termo de Ciência deste documento e cumprir integralmente todas as disposições aqui relacionadas.

## 2. Base Legal

---

Este documento é um componente essencial das regras que governam as relações societárias e de trabalho aos colaboradores das áreas de Gestão de Riscos e Compliance e a todos que atuam diretamente na área de Gestão de Investimentos, refletindo o compromisso da Parcitas com a conformidade regulatória estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), e também ao cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Este documento serve de apoio e orienta as ações e decisões de investimentos, assegurando que a atividade de gestão de recursos de terceiros realizada pela Parcitas seja conduzida em conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

### 2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam a Política de Riscos da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021: Trata da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/CFT).
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.

- Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05 de 2014: Fornece orientações sobre os procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e as atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários.
- Ofício Circular CVM/SIN/Nº 05/2015: Orienta sobre as rotinas e controles internos relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- Código de Ética da Anbima: Em vigor desde 1º de julho de 2021, estabelece os princípios éticos e de conduta para as instituições associadas, incluindo a Parcitas.
- Código Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT): Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

## 2.2. Interpretação do Código

Para a interpretação dos dispositivos deste Código de Conduta, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

## 2.3. Aplicabilidade

As disposições desta Política aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

### 3. Responsabilidade

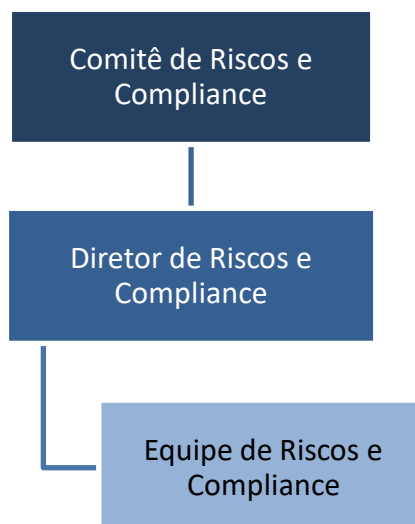
---

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta política é uma atribuição do Diretor estatutário responsável pela Gestão de Riscos, Compliance, Controles Internos e Prevenção à Lavagem de Dinheiro da Parcitas (“Diretor de Riscos e Compliance”), conforme definido no Formulário de Referência e Contrato Social da Parcitas, nos termos da Resolução CVM 21.

### 4. Estrutura Organizacional

---

A estrutura organizacional de Riscos e Compliance da Parcitas é composta pelo Comitê de Riscos e Compliance, pelo Diretor de Riscos e Compliance e as áreas sob sua supervisão, conforme detalhado a seguir:



#### 4.1. Comitê de Riscos e Compliance:

Responsável por discutir e deliberar sobre todos os assuntos pertinentes à Gestão de Riscos e Compliance. Isso inclui a revisão de indicadores, ações de resposta a eventos e riscos, estabelecimento de ações de reenquadramento, e a inclusão, modificação ou remoção de controles de riscos não estabelecidos como mínimos neste documento. O Comitê também é responsável pela aprovação de alterações a este manual e outras políticas da Gestora, além de avaliar riscos operacionais, de concentração e reputacionais.

- Periodicidade: O Comitê se reúne semestralmente e/ou de forma extraordinária, quando necessário.
- Composição: A participação no Comitê inclui obrigatoriamente o Diretor de Riscos e

Compliance, o Diretor de Investimentos e/ou um Gestor ou colaborador da área de Riscos.

- Decisões: Todas as deliberações devem ser aprovadas com o voto favorável do Diretor de Riscos e Compliance.
- Formalização das Decisões: As decisões do Comitê podem ser formalizadas por e-mail ou por meio de atas de reunião.

#### **4.2. Diretor de Riscos e Compliance**

É responsabilidade do Diretor de Riscos e Compliance implementar as diretrizes, métricas e ferramentas de controle utilizadas, além de definir os procedimentos a serem seguidos em caso de verificação de qualquer inobservância. Em situações que demandem a revisão de limites ou a redefinição de métricas e parâmetros, seja por fatores internos ou externos, é dever do Diretor de Riscos e Compliance realizar tais ajustes junto ao Comitê de Riscos e Compliance.

Caso o Diretor de Riscos e Compliance identifique qualquer situação que configure descumprimento de obrigações normativas, ele deve assegurar a conformidade, comunicar a situação ao Comitê de Riscos e Compliance, e avaliar a necessidade de ajustes nos procedimentos e controles internos adotados.

O Diretor de Riscos e Compliance possui as seguintes responsabilidades:

- Gestão de Riscos: Garantir que o processo de gestão de riscos seja devidamente implementado, mantido e executado de forma independente na gestora.
- Relatórios de Monitoramento: Assegurar que relatórios que monitorem a posição, exposição, risco, gestão da liquidez, enquadramento regulamentar e gerencial e performance das Classes, estratégias e sub-estratégias sejam enviados pela equipe de Riscos e Compliance.
- Manutenção dos Sistemas e Dados: Assegurar que os sistemas e dados estejam atualizados, íntegros e produzindo resultados corretos e relevantes.
- Revisão e Cumprimento das Políticas: Revisar periodicamente a Políticas, propor alterações quando necessário, e verificar o cumprimento das mesmas.

#### **4.3. Equipe de Riscos e Compliance**

Os colaboradores da Equipe de Riscos e Compliance da Parcitas operam sob a supervisão direta do Diretor de Riscos e Compliance atuam de forma completamente independente das atividades de gestão de recursos. Essa independência é fundamental para assegurar que suas

funções, que incluem a execução de análises técnicas, o controle dos limites de exposição das carteiras e o cumprimento das decisões do Comitê de Riscos e Compliance, sejam realizadas com imparcialidade. O Diretor de Riscos e Compliance, que reporta diretamente ao Comitê, possui autonomia total para votar e vetar práticas, garantindo uma gestão de riscos eficiente e conforme as regulamentações aplicáveis.

## **5. Comunicação a CVM e ao Administrador Fiduciário**

---

A Parcitas, em conformidade com as normativas regulatórias aplicáveis, está comprometida em garantir a transparência e a responsabilidade na administração de suas carteiras de investimento. Este capítulo estabelece as diretrizes e procedimentos que devem ser seguidos no caso de qualquer desenquadramento da Classe, assegurando a comunicação tempestiva e precisa ao administrador fiduciário, e, conseqüentemente, à CVM.

### **5.1. Comunicação de Desenquadramento**

A Parcitas deverá informar de forma imediata ao administrador fiduciário qualquer ocorrência de desenquadramento da Classe, distinguindo entre desenquadramento ‘ativo’ e ‘passivo’, conforme detalhado a seguir:

#### **5.1.1. Desenquadramento Ativo**

Identificação Imediata: Ao identificar um desenquadramento ativo, a Parcitas deve comunicar imediatamente o administrador fiduciário.

- Permanência do Desenquadramento: Se a carteira de ativos permanecer desenquadrada por um período de 10 dias úteis consecutivos, o administrador fiduciário deverá comunicar formalmente à CVM até o final do dia útil seguinte ao encerramento desse prazo.
- Reenquadramento: Assim que o reenquadramento for verificado, a Parcitas deve notificar imediatamente o administrador fiduciário, que, por sua vez, informará a CVM.
- Plano de Ação: Caso o desenquadramento persista após os 10 dias úteis consecutivos, a Parcitas deve elaborar um plano de ação com o objetivo de retornar ao enquadramento da Classe. Esse plano deve ser enviado à CVM dentro do mesmo prazo de 10 dias úteis consecutivos, seja isoladamente ou em conjunto com o expediente do administrador fiduciário.

#### **5.1.2. Desenquadramento Passivo**

- Período de Desenquadramento: Se o desenquadramento passivo se estender por 15 dias

consecutivos, a Parcitas deve fornecer ao administrador fiduciário as explicações necessárias sobre a situação.

- Comunicação à CVM: O administrador fiduciário será responsável por enviar essas explicações à CVM ao final do período mencionado.

## **5.2. Reenquadramento da Classe**

Assim que a carteira for reenquadrada, a Parcitas deverá informar imediatamente o administrador fiduciário, que será responsável por notificar a CVM assim que o reenquadramento for realizado.

## **5.3. Responsabilidade do Administrador Fiduciário**

O administrador fiduciário é o agente operacional responsável por enviar todas as comunicações formais à CVM. Essa responsabilidade inclui a comunicação tanto de desenquadramentos quanto de reenquadramentos, mesmo quando o documento ou plano de ação tenha sido elaborado pela Parcitas, a qual desempenha o papel de participante responsável pela produção e elaboração dessas informações.

## **6. Sistemas, Controles e Monitoração de Riscos**

---

A área de Riscos realiza o monitoramento dos riscos relacionados às Classes sob gestão da Parcitas. Sob supervisão do Diretor de Riscos e Compliance, a Gestora possui sistemas de informações das posições, exposição a riscos, performance e enquadramento regulamentar e gerencial para cada uma das Classes sob gestão. Ademais, diariamente após o fechamento do mercado, é enviado para o Diretor de Investimentos e a equipe de Gestão um relatório de acompanhamento contendo as informações atualizadas com as posições, exposições, métricas e limites de riscos, além de sua evolução, performance das estratégias de investimento e enquadramento regulamentar e gerencial.

- Sistemas: Lote 45 Asset Portfolio Manager, Lote 45 Compliance Portfolio Manager, sistemas proprietários desenvolvidos pela Parcitas e planilhas proprietárias.
- Frequência: Monitoramento das Classes em tempo real e com relatórios diários.
- Controles (Classes e estratégias): Atribuição de performance, indicadores de performance, posições e métricas de risco, indicadores e limites de risco, evolução histórica das métricas de risco, liquidez e enquadramento de compliance regulamentar e gerencial.

Caso algum limite objetivo seja extrapolado, a equipe de Riscos e Compliance notificará imediatamente o Diretor de Investimentos, para que, conforme o caso, seja realizado o reenquadramento no mesmo dia, a partir da notificação enviada.



Na inobservância de quaisquer procedimentos definidos na política, e na identificação de alguma situação de risco não abordada nesta política, o Diretor de Riscos é independente da estrutura da gestão de investimentos e tem o poder de ajustar as posições para efeitos de reenquadramento das Classes.

## **7. Fatores de Risco**

---

### **7.1. Risco de Mercado**

O risco de mercado é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuação nos valores de mercado dos ativos detidos pelas carteiras das Classes.

A Parcitas utiliza sistemas de monitoramento de risco de mercado em tempo real que apoiam o controle. Adicionalmente, vale destacar que podem ser desenvolvidas internamente ferramentas de monitoramento para cada carteira sob gestão, com estratégias de investimento e monitoramento de riscos específicos.

O controle efetivo do risco será feito com base no VAR (Value at Risk) e no Stress Test, contudo, as outras medidas de risco aqui descritas são ferramentas importantes para a avaliação geral de risco das carteiras.

Para essa finalidade, a Parcitas contratou os sistemas da empresa Lote45 para monitorar as posições, exposições, riscos, performance e o enquadramento regulamentar e gerencial, em tempo real.

### **7.2. Risco de Capital**

O Risco de Capital refere-se à exposição da Classe ao risco de que seu patrimônio líquido se torne negativo, resultante das aplicações em sua carteira de ativos. Este risco surge quando o valor dos ativos da Classe não é suficiente para cobrir suas obrigações, especialmente em situações de volatilidade ou perda de valor significativo em posições alavancadas. A gestão eficaz desse risco é crucial para manter a integridade financeira das Classes geridas pela Parcitas.

#### **7.2.1. Limites de Margem Bruta**

As Classes sob gestão da Parcitas devem respeitar rigorosamente os limites máximos de utilização de margem de garantia, tanto exigida quanto potencial, em suas operações de carteira ("Margem Bruta"), de acordo com seu tipo e as especificações estabelecidas pela Resolução CVM 175. Esses limites aplicam-se a operações realizadas tanto no mercado local

quanto no exterior.

O objetivo desses limites é assegurar que as Classes mantenham níveis adequados de capital, evitando situações em que uma alta exposição ao risco de mercado possa comprometer seu patrimônio líquido. O não cumprimento desses limites pode resultar em risco de capital significativo, com possíveis implicações legais e financeiras.

### **7.2.2. Monitoramento do Risco de Capital**

A Parcitas adota uma abordagem proativa na gestão do Risco de Capital, realizando o monitoramento diário da utilização da Margem Bruta de cada Classe. Este monitoramento é realizado através de sistema proprietário desenvolvido internamente utilizando como informação:

- Sistemas de Terceiros Contratados: A Parcitas utiliza o sistema Lote45 para acompanhar e avaliar o uso de margens nas operações das Classes, assegurando precisão e consistência nas análises.
- Informações Fornecidas pela B3: Através do sistema iMercado, que facilita a conciliação de dados, a Parcitas obtém informações atualizadas e verificadas sobre as margens de garantia exigidas nas operações realizadas.

### **7.2.3. Cálculo da Margem Potencial**

O cálculo da margem potencial das Classes deve ser conduzido com base nos modelos de cálculo de garantia fornecidos pelo administrador fiduciário. Esses modelos devem ser consistentes e verificáveis, assegurando que o processo de cálculo seja transparente e robusto.

Importante ressaltar que o cálculo da margem potencial não pode ser compensado pelas margens das operações que possuem cobertura ou margem de garantia. Isso garante que a análise do risco seja conservadora e que todas as exposições potenciais sejam devidamente consideradas, sem subestimar os riscos envolvidos.

## **7.3. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é observado a partir da possibilidade de o fundo de investimento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de o fundo de investimento não

conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de liquidez é realizado diariamente, com base em tamanho de posições e seu volume médio de negociação, garantias estabelecidas em bolsa de valores, resgates, despesas e compromissos assumidos pelo fundo no horizonte relevante.

As diretrizes específicas relacionadas ao gerenciamento de risco de liquidez, nos termos das Diretrizes Anbima de Gerenciamento de Liquidez, encontram-se em capítulo específico neste documento.

#### **7.4. Risco de Concentração**

Em função das estratégias de gestão, as Classes e carteiras podem se sujeitar ao risco de perdas por falta de diversificação de emissores, classes de ativos, mercados, modalidades de operação ou setores econômicos. Também a concentração de investidores (passivo) pode ser fator de risco e é objeto de monitoramento.

Com o objetivo de monitorar o risco de concentração na carteira das Classes a área de Riscos produz relatórios diários que monitoram entre outros a exposição por papel, exposição cambial, exposição aos juros pré-fixados e títulos indexados à inflação, mercado, estratégia, fator de risco e categoria de ativo, sempre de maneira compatível com a estratégia de investimento, perfil do fundo e limites regulatórios, a exemplo: relatório de stress e relatório de exposição com a segmentação adequadamente definida pela área de Riscos.

A Parcitas procura evitar uma concentração excessiva, podendo o Diretor de Riscos estabelecer limites máximos de investimento em um único ativo, considerando seu valor de mercado, ou determinado setor do mercado.

Não obstante, vale destacar que algumas carteiras podem ter estratégia específica de concentração em poucos ativos ou emissores, não se aplicando o disposto no parágrafo acima.

#### **7.5. Risco de Crédito e Contraparte**

As operações das Classes estão sujeitas a perdas associadas a inadimplência e/ou mora dos emissores dos seus ativos financeiros e contrapartes, decorrentes do não cumprimento de obrigações financeiras pactuadas, desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, às

vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

A Parcitas não opera ativos de crédito; caso essa política venha a ser alterada, a análise de operações do ponto de vista dos riscos de contraparte será prerrogativa do Diretor de Riscos e Compliance, ocasião em que os controles abaixo se aplicarão:

- a) O risco de cada contraparte será controlado: (i) pela exposição direta a risco de crédito (dívida, depósitos, instrumentos de crédito em geral); e (ii) pela exposição através de derivativos, seja pela colocação de colateral em benefício da contraparte, ou pelo risco de mercado da posição adjacente calculado pelo VAR;
- b) Qualquer ativo que envolva risco de crédito privado deve ter limite previamente estabelecido para cada fundo pelo Comitê de Riscos e Compliance. A autorização de determinada operação não deve ser vista como autorização automática para operações subsequentes de um mesmo emissor/devedor;
- c) Serão determinados limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado de grupo com interesse econômico comum e, quando aplicável, de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- d) Os limites de crédito atribuídos devem ter validade predeterminada e contar com possibilidade de revisão antecipada em função do comportamento do tomador do crédito ou outros eventos que possam impactar na decisão de investimento inicial. Para a definição dos limites, devem ser consideradas não só condições normais do emissor e do mercado, mas também condições estressadas com base em cenários de probabilidades e nas experiências históricas;
- e) Previamente à aquisição de operações, a Gestora deve se assegurar de que terá pleno acesso às informações que julgar necessárias à análise de crédito para compra e para acompanhamento do ativo, incluindo, se for o caso, acesso aos documentos integrantes da operação ou a ela acessórios;
- f) Adotar, quando necessário, as práticas recomendadas no Ofício-Circular nº 6/2014/CVM/SIN em relação ao gerenciamento de risco de crédito.

## **7.6. Risco Operacional**

O risco operacional se dá pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme disposto no artigo 32 da Resolução CMN 4.557, de 23/02/2017. Exemplos de risco operacional:

- Fraudes internas;

- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A identificação, avaliação e quantificação do risco operacional será realizada pela área de Riscos e Compliance seguindo os procedimentos:

- Avaliação: identificação das tarefas e levantamento dos fluxogramas dos processos;
- Inventário de Riscos: repositório de todos os eventos de risco operacional;
- Monitoramento: avaliação periódica das atividades e mensuração dos riscos.

O risco de falhas de controle operacional das atividades de gestão será mitigado através do treinamento contínuo dos profissionais envolvidos nestas atividades, no desenvolvimento de redundâncias, quando aplicável, e na revisão frequente dos processos.

A Parcitas conta com um Plano de Contingência e Continuidade de Negócios que define os procedimentos que deverão ser seguidos no caso de contingência, de modo a garantir a continuidade operacional. Foram estipulados planos de ação e estratégias com o intuito de garantir que os serviços essenciais da Gestora sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um imprevisto ou um desastre.

### **7.7. Risco Regulatório**

A administração de recursos de terceiros conduzida pela Parcitas é estritamente regulada pela CVM e autorregulada pela Anbima. Devido às atividades desempenhadas por seus colaboradores, a Parcitas pode estar sujeita a questionamentos ou sanções em caso de qualquer descumprimento normativo.

Para mitigar esses riscos, além da atuação proativa da Equipe de Riscos e Compliance na supervisão das atividades, a Parcitas oferece aos seus colaboradores políticas e manuais internos que servem como base para a execução de suas tarefas, refletindo os princípios,

valores e regras da empresa. Além disso, a Parcitas adota um rigoroso processo de seleção e contratação de colaboradores, complementado por treinamentos iniciais e periódicos em compliance, promovendo uma cultura de respeito às normas e de boa-fé na condução das atividades.

### **7.8. Risco Legal**

A Parcitas enfrenta o risco potencial de questionamentos jurídicos relacionados à execução de contratos, processos judiciais ou administrativos, ou sentenças que possam ser contrárias às suas expectativas. Tais eventos podem gerar perdas ou perturbações significativas, impactando negativamente os processos operacionais e a organização da instituição.

Para mitigar esses riscos, a Parcitas conta com uma assessoria jurídica especializada, dedicada a garantir a conformidade legal na execução de suas operações e contratos.

## **8. Metodologia para Escala de Risco**

---

A pontuação será determinada pela ponderação dos pontos relacionados às métricas de riscos mencionados no item 7.1 e 11 desta política (Risco de Mercado e do Risco de Liquidez), aos quais serão atribuídas notas de 1 a 5, conforme a seguir:

- 1 = Baixo
- 3 = Moderado
- 5 = Alto

Conforme o manual de regras e procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros da ANBIMA, a pontuação mínima na escala de risco será estabelecida com base na classificação ANBIMA das Classes, garantindo que, pelo menos, esta pontuação seja atribuída de acordo com a classe ANBIMA do fundo

## **9. Investimento no exterior**

---

Dado o perfil de investimentos das Classes sob gestão da Parcitas, que permite a alocação em ativos financeiros negociados no exterior, incluindo fundos constituídos fora do Brasil, a Parcitas adota controles rigorosos para assegurar que as estratégias implementadas estejam alinhadas aos objetivos, a política de investimentos e os níveis de risco das Classes, conforme exigido pela regulamentação vigente.

Em consonância com as regras de autorregulação da Anbima e sem prejuízo de outras medidas de verificação do cumprimento das normas da CVM relativas ao investimento em ativos no exterior, as decisões da Parcitas na seleção e alocação desses ativos são fundamentadas em uma análise prévia que inclui:

- i. Adoção, quando aplicável, do mesmo nível de diligência e padrão utilizados na aquisição de ativos financeiros domésticos, além de aplicar o mesmo processo de avaliação e seleção de gestores de recursos para alocação em fundos locais.
- ii. Verificação e guarda de evidências de que os fundos ou veículos de investimentos no exterior possuem administrador, gestor, custodiante ou prestadores de serviços capacitados, experientes, de boa reputação e devidamente autorizados por uma autoridade reconhecida.
- iii. Assegurar de que os fundos ou veículos de investimento no exterior ("Veículo Offshore") investidos possuam custodiantes supervisionados por uma autoridade local competente.
- iv. Garantia de que os fundos ou veículos de investimento no exterior tenham suas demonstrações financeiras auditadas por uma empresa de auditoria independente.
- v. Estabelecimento e manutenção de um fluxo de comunicação seguro e eficiente com o gestor dos fundos ou veículos no exterior, além de garantir acesso às informações necessárias para análise e acompanhamento.
- vi. Assegurar que os fundos ou veículos de investimento no exterior sejam regulados e supervisionados por uma autoridade local e possuam políticas de controle de riscos e limites de exposição ao risco de capital compatíveis com a política de investimento da Classe, quando expressamente exigido pela regulação vigente.
- vii. Garantia de que o valor da cota dos fundos ou veículos de investimentos no exterior seja calculado com uma periodicidade compatível com a liquidez oferecida pela Classe.

A Parcitas está dispensada de observar os pontos (ii), (iv) e (v) desde que os prestadores de serviços no exterior sejam instituições integrantes de seu grupo econômico e autorizados pela autoridade local a exercer as atividades contratadas.

A Parcitas deve verificar e registrar, antes da seleção e alocação em ativos financeiros que não sejam registrados em sistemas de registro ou objeto de depósito centralizado, se esses

ativos estão custodiados ou escriturados por uma instituição devidamente autorizada a operar em seus países de origem e supervisionada por uma autoridade local reconhecida.

Caso a Parcitas exerça influência direta ou indireta nas decisões de investimento em ativos financeiros no exterior, deverá, quando aplicável, ao adquirir esses ativos: (a) comunicar formalmente ao administrador fiduciário dos fundos no Brasil essa condição, fornecendo todas as informações necessárias no prazo e na forma acordados entre as partes; e (b) listar para o administrador os ativos integrantes das carteiras dos fundos investidos, para serem informados no demonstrativo mensal de composição e diversificação da carteira, com a mesma periodicidade e em conjunto com a divulgação das posições mantidas pelas respectivas carteiras em ativos financeiros negociados no Brasil.

Quanto aos investimentos em derivativos no exterior pelos fundos sob gestão, a Parcitas deverá observar os requisitos de registro, escrituração ou custódia dos ativos investidos, seu ambiente de negociação, ou ainda, as características da contraparte da operação, conforme aplicável e nos termos da regulamentação vigente, bem como os controles de limites de exposição ao risco de capital, conforme o capítulo correspondente deste Manual.

## 10. Métricas para Gerenciamento dos Riscos

---

Abaixo, descrevemos os principais métodos de monitoramento utilizados pela Gestora:

### 10.1. VAR – Value at Risk

O *Value at Risk* (“VAR”) permite que o risco de mercado possa ser representado por um único valor monetário indicando a perda potencial esperada com um nível de confiança pré-definido e para um horizonte específico de investimento.

As principais modalidades de VAR utilizadas são:

- VAR Paramétrico: esta metodologia assume uma distribuição normal dos retornos diários e um determinado nível de confiança para o cálculo da perda diária esperada. A matriz de variância e covariância é continuamente reestimada por meio do modelo EWMA (média móvel ponderada exponencial) para uma janela de móvel de N dias úteis, de modo que os retornos diários mais recentes tenham maior peso nesta amostra.
- VAR Histórico: essa metodologia não assume uma distribuição específica de probabilidade para os retornos diários. Em vez disso, utiliza os retornos históricos observados para estimar o risco. O processo consiste em simular os retornos da carteira com base nos dados históricos de preços de uma janela definida, geralmente dos últimos 'N' dias úteis. A partir dessa amostra de retornos, determina-se o percentil correspondente ao nível de confiança



desejado. O valor obtido nesse percentil é o VaR Histórico, que representa a perda máxima esperada para a carteira nesse nível de confiança.

A Parcitas utiliza o sistema Asset Portfolio Manager, da Lote45, para monitorar em tempo real tanto o VAR Paramétrico quanto o VAR Histórico. Os parâmetros das métricas consideram um período de 60 meses com EWMA de 0.96 e um intervalo de confiança de 99%, configurados pelo Diretor de Riscos e Compliance e aprovados em Comitê de Riscos.

## 10.2. Stress Test

O stress, ou pior cenário, é a medida de risco para avaliar o comportamento da carteira das Classes simulando o pior retorno esperado da carteira de acordo com um cenário econômico pré-definido, no qual foram observadas todas as crises desde janeiro de 2000.

Para o cálculo do stress a Parcitas utiliza controles internos proprietários, além de sistemas do Lote45, em tempo real, que simula mais de 635 combinações de perdas expressivas resultantes dos cenários de choques nos diversos fatores primitivos de risco em cenários economicamente plausíveis, conforme metodologia da B3.

- **Macro Stress:** Os 04 (quatro) fatores de risco primitivos considerados no macro stress são: (i) índice de bolsa, (ii) taxas cambiais, (iii) taxas de juros pré-fixada e (iv) cupom de dólar. Os preços dos ativos são recalculados com base nos choques de cada cenário, e o pior resultado observado entre esses cenários é considerado o stress para a carteira.
- **Specific Stress:** Para os produtos que não possuem as primitivas de risco acima, o stress é calculado consolidado, considerando a pior janela histórica acumulada de 05 (cinco) dias dos últimos 200 (duzentos) meses.

Por fim, o valor final do stress das carteiras é resultante da soma das duas metodologias, quais sejam, da parte macro e não-macro.

O stress test é uma ferramenta importante para complementar o processo de gerenciamento de risco, principalmente em situações de grandes oscilações no mercado nas quais a volatilidade usual não reflete propriamente o risco incorrido.

## 10.3. ETL - Estimated Tail Loss

A métrica de risco *Estimated Tail Loss* (“ETL”), também conhecida como *Expected Shortfall* (“ES”), é uma ferramenta fundamental para a gestão de riscos. Ela representa a média das perdas esperadas além de um certo nível de confiança, considerando os piores eventos que ultrapassam um determinado valor de risco, como o VAR.

Em termos mais simples, enquanto o VAR estima a perda máxima esperada em um determinado percentil da distribuição de retornos, o ETL vai além e mede a média das perdas que ocorrem quando esse limite é ultrapassado. Isso significa que o ETL proporciona uma visão mais detalhada e conservadora sobre os riscos extremos, sendo particularmente útil em situações em que as caudas da distribuição de retornos são longas e onde eventos de risco extremo.

Em suma, o ETL é uma métrica essencial para a gestão de riscos, complementando outras medidas de risco como o VAR e Stress, e oferecendo uma visão mais robusta das exposições a eventos extremos que podem impactar negativamente as Classes geridas pela Parcitas.

## **11. Gerenciamento dos Riscos de Liquidez**

---

A Parcitas, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação às Classes sob gestão, desempenhará suas atribuições em conformidade com a Política de Investimento das Classes e dentro dos limites do seu mandato, promovendo e divulgando de forma transparente as informações relacionadas a elas, devendo empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios.

### **11.1. Premissas**

A estratégia principal da Parcitas privilegia o investimento em ativos de maior liquidez, proporcionando maior agilidade na mudança de posição e a proteção em períodos de maior volatilidade.

Para o monitoramento técnico das condições de liquidez das Classes, a área de Riscos considera os seguintes fatores:

- Abrangência de todas as Classes constituídas apenas sob a forma de condomínio aberto, para os quais os cotistas podem solicitar o resgate de cotas a qualquer momento
- Não há Classes exclusivos e/ou restritos geridas pela Parcitas;
- Equidade em qualquer metodologia ou decisão tomada pela Gestora, garantindo o mesmo tratamento aos cotistas;
- As informações a serem utilizadas no processo de gerenciamento de risco de liquidez devem ser preferencialmente obtidas de fontes independentes;

- A frequência do gerenciamento de risco de liquidez é diária;
- A concentração do ativo e do passivo, e a movimentação histórica das Classes;
- As características de liquidez dos diferentes ativos financeiros do fundo;
- As obrigações do fundo, incluindo depósitos de margem esperados e outras garantias;
- Distribuição e concentração do passivo, o grau de dispersão da propriedade das cotas;
- Os valores de resgate esperados em condições ordinárias, calculados com critérios estatísticos consistentes e passíveis de verificação;
- A definição de prazos adequados de cotização da Classe e prazo para liquidação de resgates;
- Fontes de dados públicas e independentes, tais como bolsas, clearings, Banco Central e provedores de dados externos.

### **11.2. Sistemas e Controle da Liquidez**

Para garantir que os parâmetros definidos sejam cumpridos, o monitoramento e controle da liquidez dos ativos e passivos das Classes, a Parcitas conta com auxílio do sistema contratado de terceiros (Lote45) e sistema proprietário desenvolvido pela Parcitas que dentre outras funções, monitora diariamente a composição do portfólio, a liquidez do portfólio agregado das Classes e das posições individualmente.

Os relatórios são enviados diariamente com base nos critérios aqui descrito na Política de Riscos e Liquidez.

### **11.3. Metodologia de Controle de Liquidez**

#### **11.3.1. Liquidity Cover Ratio**

*Liquidity Coverage Ratio* (“LCR”), ou Índice de Cobertura de Liquidez, é uma medida implementada para assegurar que uma Classe mantenha um nível adequado de ativos líquidos de alta qualidade. O LCR é calculado como a razão entre o valor dos ativos líquidos de alta qualidade e o valor esperado de saídas de caixa durante o período de cotização do resgate da Classe. Será considerado como ativo de alta liquidez o saldo de caixa em conta corrente, compromissada lastreadas e o título Letra Financeira Tesouro Nacional.

A área de Riscos e Compliance da Parcitas irá calcular o LCR em (i) situações normais do valor

liquidável dos ativos e das obrigações de liquidação de despesas e resgates, bem como (ii) em situações extraordinárias de stress para adicionar uma cobertura de liquidez para tais eventos e o caixa mínimo disponível.

As Classes são obrigadas a manter um LCR mínimo de 100%, o que significa que os ativos líquidos de alta qualidade deve ser suficientes para cobrir as saídas líquidas de caixa previstas em um cenário de estresse do prazo de cotização do resgate do Passivo da Classe.

## **11.4. Relatório de Controle**

### **11.4.1. Relatório GAP de Liquidez & *Liquidity Cover Ratio***

O relatório GAP de Liquidez & LCR é um controle diário que visa monitorar e avaliar se ativos de altíssima liquidez mantidos na carteira da Classe são satisfatórios para garantir todos os compromissos assumidos no horizonte temporal de cotização de recursos.

Os critérios estabelecidos para a avaliação da liquidez em condições de normalidade são:

- Ativos de altíssima liquidez: Total de títulos públicos não alocados como garantias, caixa e operações compromissadas.
- Compromissos: Previsão de ajustes de futuros, despesas correntes, aplicações/resgates e liquidação financeira de operações do fundo.

Avalia-se também, neste relatório o comportamento da liquidez das Classes sob gestão da Parcitas em situações de stress nos compromissos, sendo este:

- Compromissos: Previsão de ajustes de futuros utilizando o valor financeiro calculado pelo pior cenário de stress do sistema da Lote45, aumento das margens de garantia das Bolsas de Valores, despesas correntes, resgates em cenário de stress (matriz de probabilidade de resgates Anbima mais 20% do AUM atribuídos pelo Comitê de Riscos e Compliance da Parcitas) e liquidação financeira de operações do fundo.

### **11.4.2. Relatório de Liquidez dos Ativos**

A metodologia utilizada pela gestora segue as janelas de liquidez sugeridas pela ANBIMA e para a gestão do risco no caso de derivativos de balcão, cotas de outras Classes, ações e ativos no exterior é considerado o volume médio negociado dos ativos, quando disponível em Bolsa,

dos últimos 21 (vinte e um) dias úteis de negociação e sobre esse volume é aplicado um limite de 30%;

A área de Riscos e Compliance da Parcitas deverá manter a liquidez do fundo para situações normais, considerando a relação entre o valor total de liquidação dos ativos em dias úteis, o caixa mínimo e o valor total dos passivos verificados (devendo ser levado em consideração os resgates realizados pelos cotistas das Classes e as obrigações pecuniárias das Classes) no mesmo horizonte temporal em dias úteis utilizado para os ativos.

Este controle é realizado individualmente para cada fundo de investimento, para o conjunto de Classes da mesma estrutura classe-subclasse e de forma conservadora, consolidando a posição de todas as Classes que tenham a mesma estratégia.

A área de Riscos e Compliance é responsável pelo envio diário do Relatório da Gestão de Liquidez e os parâmetros do controle da liquidez são monitorados e poderão ser revistos e definidos pelo Comitê de Riscos e Compliance.

## **12. Ferramentas da Gestão de Liquidez**

---

### **12.1. Side Pocket**

O *Side Pocket* é uma ferramenta emergencial de gestão de riscos utilizada pela Parcitas para administrar ativos com baixa liquidez ou que enfrentam circunstâncias especiais ou críticas, denominados “Ativos Estressados”. Ao criar um *Side Pocket*, esses ativos são separados do restante do portfólio da Classe, o que ajuda a proteger a liquidez e a estabilidade dos demais ativos até que a situação problemática seja resolvida.

A Parcitas pode recorrer ao *Side Pocket* em situações extremas e imprevisíveis, como severa falta de liquidez, dificuldades na precificação de ativos ou eventos externos significativos que impactem a gestão regular da carteira. No entanto, é importante destacar que o *Side Pocket* não deve ser ativado exclusivamente em resposta a um aumento excessivo nos pedidos de resgate.

#### **12.1.1. Condições para Criação do Side Pocket**

A criação de um *Side Pocket* depende de uma avaliação criteriosa da liquidez da carteira da Classe, bem como de sua previsão nos documentos regulatórios aplicáveis. Quando o fechamento da Classe para resgates é necessário, mas a convocação de uma assembleia se mostra inviável ou impraticável, a Parcitas pode optar por separar os ativos com baixa

liquidez e alocá-los em uma nova Classe fechada ou Subclasse fechada.

Ao optar pelo uso do *Side Pocket*, a Parcitas deve:

- Notificar o Administrador Fiduciário, que, em conjunto com a Parcitas, adotará as medidas necessárias para constituir a nova Classe.
- Informar os Cotistas da Classe que serão afetados pela criação do *Side Pocket*.

Além dos Ativos Estressados, o processo de criação do *Side Pocket* deve incluir a separação de uma parte líquida da carteira, destinada à cobertura de despesas e encargos de manutenção da Classe ou Subclasse cindida. A Parcitas deve estabelecer critérios específicos para calcular essa parcela líquida e informar o Administrador, que deverá divulgar um comunicado relevante sobre o tema.

Caso a Parcitas opte por criar o *Side Pocket*, poderá solicitar ao Administrador Fiduciário que cancele pedidos de resgate ainda não processados, desde que os documentos anexos da Classe ou Subclasse contemplem os procedimentos para esse cenário.

A Parcitas também deve elaborar um relatório detalhado do evento que levou à cisão, identificando os ativos envolvidos na criação do *Side Pocket*, e incluir esse relatório na documentação da Classe cindida. A nova Classe deve manter sua denominação original, adicionando o sufixo "Veículo de Propósito Específico" e o nome do evento que causou a cisão. Essa Classe não estará sujeita aos limites regulatórios tradicionais, como os relacionados ao patrimônio líquido mínimo ou ao enquadramento por tipo de ativo ou emissor.

A cobrança de taxa de performance no contexto do *Side Pocket* será permitida apenas se houver previsão na Classe ou Subclasse original, devendo considerar as perdas associadas aos Ativos Estressados, a fim de evitar penalizar os cotistas de forma injusta.

#### **12.1.2. Liquidação do Side Pocket**

Após a criação do *Side Pocket*, a Parcitas deverá empenhar-se em vender os Ativos Estressados nos mercados primário ou secundário. Como alternativa, a Parcitas poderá sugerir a transferência desses Ativos Estressados diretamente aos cotistas da Classe, desde que as condições aplicáveis sejam atendidas.

#### **12.1.3. Reincorporação do Side Pocket**

A parte ilíquida dos Ativos Estressados poderá ser reintegrada à Classe original, desde que

sejam cumpridas as seguintes condições:

- Os cotistas e a proporção de cotas da cisão original devem ser mantidos na Classe ou Subclasse original.
- O ativo deve restabelecer sua liquidez e ser novamente precificado a mercado.
- É necessária a realização de uma Assembleia Geral de cotistas da Classe ou Subclasse original.

#### **12.1.4. Processo Decisório da Parcitas**

A utilização do *Side Pocket* é uma atribuição da Parcitas, e a decisão deve ser tomada de forma conjunta pelo Diretor de Gestão e pelo Diretor de Riscos e Compliance, com a participação dos membros do Comitê de Riscos e Compliance. Esse processo decisório colegiado assegura que a criação do *Side Pocket* seja conduzida de maneira criteriosa e bem fundamentada, minimizando possíveis impactos negativos sobre os cotistas e a integridade do portfólio.

#### **12.2. Barreiras de Resgates (Gates)**

As Barreiras de Resgates, ou ("Gates"), são mecanismos que a Parcitas pode utilizar para gerenciar a liquidez das Classes de maneira eficiente. Diferentemente do fechamento total de uma Classe para resgates, que bloqueia completamente os resgates por um período, os Gates limitam parcialmente a quantidade de cotas que os investidores podem resgatar, conforme descrito nos anexos das respectivas Classes.

A Parcitas, agindo conforme seu julgamento exclusivo e em alinhamento com as diretrizes estabelecidas nesta política, nos anexos das Classes, e nas orientações do Comitê de Riscos e Compliance, pode optar por implementar Gates. Esses mecanismos permitem à Parcitas restringir a execução dos pedidos de resgate a uma parcela específica do patrimônio líquido da Classe, podendo, assim, cancelar ou adiar os resgates solicitados.

##### **12.2.1. Critérios para a Implementação de Gates**

Ao optar pela implementação de Gates, a Parcitas deve seguir os seguintes princípios:

**Justiça entre Investidores:** Assegurar condições equitativas tanto para os investidores que solicitam resgates quanto para aqueles que permanecem na Classe.

**Prevenção de Incentivos Desproporcionais:** Evitar que os Gates incentivem investidores a realizarem pedidos de resgate antecipados ou em quantias superiores ao necessário.

Manutenção da Estabilidade da Carteira: Preservar a estabilidade da carteira de cada Classe.

### **12.2.2. Parâmetros de Liquidez para a Adoção de Gates**

A Parcitas pode adotar Gates com base nos seguintes parâmetros de liquidez:

- Classes voltadas ao público em geral: Se os pedidos de resgate atingirem um percentual mínimo específico do patrimônio líquido da Classe, o Gate pode ser acionado, aplicando-se de maneira proporcional a todos os cotistas. Além disso, a Parcitas pode considerar a liquidez dos ativos, conforme a periodicidade definida nos documentos regulatórios, e acionar o Gate caso essa liquidez caia abaixo de um percentual determinado do patrimônio líquido da Classe. O critério para reduzir os pedidos de resgate deve ser proporcional para todos os investidores ou seguir a ordem cronológica das solicitações, respeitando o limite estabelecido para o acionamento do Gate.
- Demais Classes, independentemente do público-alvo: A implementação dos Gates pode, a critério da Parcitas, seguir os parâmetros aplicáveis às Classes destinadas ao público em geral. Alternativamente, o Anexo da Classe ou o Apêndice da Subclasse pode especificar métodos próprios, permitindo à Parcitas adotar critérios diferenciados com base na representatividade dos pedidos de resgate de determinados investidores ou na liquidez de ativos específicos da carteira da Classe.
- Estrutura Master-Feeder: A Parcitas pode, conforme seu julgamento e respeitando o público-alvo das Classes e Subclasses, estabelecer Gates no nível da Classe master. Esses Gates serão replicados nas Subclasses ou em outras Classes investidoras, exceto nos casos em que os investimentos sejam realizados diretamente pela Classe nos ativos finais. Nesse cenário, os documentos das Classes devem definir os Gates aplicáveis a essas estruturas.

## **13. Documentação e Armazenamento**

---

Todas as decisões relacionadas a presente política tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail, e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

A presente política está disponível na sede da Gestora bem como em seu endereço eletrônico: [www.parcitas.com.br](http://www.parcitas.com.br).



## 14. Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade aos normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos e os resultados deverão ser objeto de discussão entre os membros do Comitê de Riscos e Compliance, sendo que eventuais deficiências e sugestões deverão constar no Relatório Anual de Riscos e Compliance.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Código	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
PR_1	Book Diário	Riscos	Diário	Compliance

## 15. Controle de Versões

<b>Nome do documento:</b>	Política de Gestão de Riscos
<b>Área de emissão:</b>	Riscos e Compliance

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10/04/2023	1.0	16	Comitê de Riscos e Compliance
23/04/2024	1.1	16	Comitê de Riscos e Compliance
25/05/2025	1.2	26	Comitê de Riscos e Compliance



parcitas  
investimentos